V ENECULT
QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA
V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador-Bahia-Brasil.

ENTRE O POPULAR E A HISTORIOGRAFIA, UMA IMAGEM CONTROVERSA: O CASO LUIZA MAHIN

Aline Najara da Silva Gonçalves*

Resumo: Neste artigo, pretende-se traçar o perfil historiográfico da personagem Luiza Mahin, confrontando-o com a imagem legendária popularmente difundida acerca da mesma. Para desenvolver tal análise, foram apreciadas representações de Luiza Mahin presentes em diferentes narrativas, tais como revistas especializadas, livros didáticos, sites, teses e dissertações. No campo da historiografia, autores como Sud Menucci, Etienne Ignace, Luiz Vianna Filho, José Honório Rodrigues e João José Reis, forneceram o embasamento teórico para o desenho do painel historiográfico aqui apresentado, além da análise da carta autobiográfica de Luiz Gama, a fim de contemplar o objetivo central deste trabalho, que consiste em compreender os mecanismos que permitiram a idealização desta personagem à revelia da História.

Palavras-chave: Luiza Mahin, historiografia, Levante dos Malês.

A "criação" de uma identidade nacional e a "invenção" de uma memória para o país foram os pilares do discurso ideológico fundador de parte significativa da produção historiográfica brasileira. Tratava-se de um modelo de escrita da história – atualmente contestado – que enaltecia e mitificava os grandes homens seus feitos. Neste sentido, a introdução no universo da historiografia de técnicas geralmente associadas ao mundo das Letras, como o uso da narrativa, influenciado pela emergência da Nova História Cultural, têm fornecido elementos para a compreensão do presente a partir do destaque ao indivíduo comum e a recomposição de trajetórias de vida.

Luiza Mahin é uma personagem presente em segmentos da memória brasileira, lembrada como símbolo de luta feminina e referência na resistência ao escravismo. A análise de representações e a percepção de distintas (re)construções discursivas acerca desta personagem em narrativas literárias e/ou historiográficas é o ponto de partida para compreender os mecanismos que permitiram a sua idealização e o que tais representações revelam sobre o contexto no qual foram (re)elaboradas.

Apesar de comumente relacionada a levantes escravos e rebeliões libertárias, no campo da historiografia Luiza Mahin é uma personagem que suscita polêmica,

* Graduada em História pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB – Campus II) e Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira pela FAVIC/APLB, atualmente é mestranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB- Campus I). E-mail: alinasigo@yahoo.com.br

principalmente em decorrência da carência de registros documentais que assegurem a sua existência. Em tempos de exaltação da herança cultural afro-brasileira e de busca de representantes históricos que traduzam os ideais de resistência, liberdade e identidade do negro no Brasil, o nome Luiza Mahin surge como sinônimo de valores essenciais às conquistas dos descendentes de africanos que aqui foram escravizados por quase quatro séculos. Sejam em revistas, jornais, sites, blogs e/ou livros didáticos, falar em Luiza Mahin denota resistência negra.

Durante o processo de produção deste trabalho, uma pesquisa num dos maiores sites de busca na internet[1] permitiu a localização de 4.360 verbetes relacionados ao vocábulo "Luiza Mahin". O curioso é que, em alguns dos blogs que foram verificados, foi possível visualizar duas imagens publicadas (Figuras 1 e 2) como reproduções daquela que "dizia ter sido princesa na África", "fez de sua casa quartel de **todos** (grifo meu) os levantes escravos que abalaram a Bahia nas primeiras três décadas do século XIX" e foi "chefe da Revolução dos Alfaiates (1798) e Malês (1835), na Bahia"[2]. A instituição da imagem representativa desta personagem poderia ser um recurso positivo vinculado à política de valorização das lideranças negras atuantes nas lutas de resistência ao escravismo no Brasil, contudo, torna-se um artifício banalizado na medida em que é visível tratar-se de uma cópia grosseira da fotografia de Carolina Maria de Jesus (Figura 3), autora das obras *Quarto de Despejo: diário de uma favelada* (1960), *Casa de Alvenaria* (1961) e *Pedaços de fome* (1963), dentre outros.

[1] Pesquisa realizada no site www.google.com.br em 10 de março de 2009.
[2]Informações retiradas dos blogs "O surgir da vitória"; "Meu caminho, meu olhar" e "Sobre Jornalismo", respectivamente, acessados em 08 de setembro de 2008. Percebe-se claramente a presença de informações equivocadas sobre a personagem aqui analisada na tentativa de sustentar sua imagem revolucionária.

Figura 1

Figura 2

Figura 3

A revista História Viva, em edição temática sobre a presença negra no Brasil, apresenta numa reportagem escrita por Sueli Carneiro sob o título "Estrelas com luz própria", pequenas biografias de mulheres que são símbolos de coragem e luta contra a escravidão. Divulgando o objetivo de "resgatar-lhes os nomes, sobrenomes e ações, em que pese a precariedade dos registros e com a esperança de que as lacunas sejam preenchidas por outros curiosos", Sueli Carneiro descreve trechos da vida de Luiza Mahin, Rosa Maria Egipcíaca, Tia Ciata e Mãe Aninha. Sobre Luiza Mahin, ela afirma:

> Comecemos por Luiza Mahin, uma de nossas mais importantes rebeldes na luta contra a escravidão. Segundo alguns autores, era originária da África, pertencente à etnia jeje e foi transportada para o Brasil como escrava. Outros se referem a ela como natural da Bahia e tendo nascido livre. Luiza deu à luz um filho, Luiz Gama, que mais tarde se tornaria poeta e abolicionista. O pai de Luiz Gama era português. E, para saldar suas dívidas, vendeu o próprio filho como escravo, aos 10 anos de idade. O traficante que o comprou levou-o para Santos.
>
> Luiza Mahin foi uma mulher inteligente e rebelde. **Sua casa tornou-se quartel general das principais revoltas negras que ocorreram em Salvador em meados do século XIX**. **Participou** da Grande Insurreição, a Revolta dos Malês, o último levante expressivo de escravos, ocorrido na capital baiana em 1835. Após a derrota dos revoltosos, conseguiu escapar da violenta repressão desencadeada pelo governo da província e partiu para o Rio de Janeiro. Lá também parece ter participado de outras rebeliões negras, sendo por isso presa e possivelmente deportada para a África. [3](grifos meus)

Kabenguele Munanga e Nilma Lino Gomes, na obra *Para entender o negro no Brasil de hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos*, um livro direcionado à educação de jovens e adultos no 2º segmento do Ensino Fundamental, afirmam, no

[3] CARNEIRO, Sueli. *Estrelas com Luz Própria*. In: Revista História Viva. Edição Especial Temática n3. Temas Brasileiros. ISSN 1808-6446. São Paulo: Duetto Editorial, 2006, p. 48-49.

capítulo direcionado à análise dos movimentos de resistência negra, que durante o Levante dos Malês,

> os primeiros tiros foram dados no porão onde morava Manuel Calafate, na Ladeira da Praça. **A partir daí, travaram-se sangrentos combates nos quais se teriam destacado, entre outros,** Agostinho, Ambrósio, Cornélio, Engrácia, Gaspar, Higino, José Saraiva, Luís e **Luísa Mahin** (mãe do poeta Luís Gama) – grifos meus.[4]

Em seguida, no sétimo capítulo do mesmo livro, sob o título "Homens e mulheres negros: notas de vida e sucesso", os autores apresentam uma "Luísa Mahim"

> oriunda da etnia jêje-nagô, da etnia Mahi, [que] **dizia** ter sido princesa na África. Luísa Mahim foi perseguida pelo Governo da Província e foi para o Rio de Janeiro, onde também **participou** de outras insurreições negras, sendo, por isso, **como relatam os historiadores** (grifo meu), deportada para o continente africano.[5]

Nesta breve referência feita por Munanga e Nilma Lino, dois aspectos merecem ser destacados: primeiro, ao grafar o nome "Luísa Mahim", estes autores se apropriaram do modelo utilizado por Pedro Calmon, o que possibilita relacionar a informação em destaque na citação acima – "como relatam os historiadores" – ao autor de *Malês, a Insurreição das Senzalas*, obra que será analisada posteriormente. Um segundo aspecto diz respeito à fonte originária desta citação, que se resume ao sítio eletrônico www.portalafro.com.br e à utilização, tanto neste texto quanto no que fora publicado pela Revista História Viva, de expressões como "participou", "foi", "dizia". Estas expressões possibilitam a transmissão de suposições como informações historicamente comprovadas e não permitem ao leitor o recurso da dúvida que ainda se faz presente no campo da historiografia.

Não se pretende questionar a qualidade das informações divulgadas pelo site, tampouco pela obra, apenas atentar à vulnerabilidade do que é divulgado na rede mundial de comunicação, principalmente no que se refere a temas que despertam controvérsias, bem como permitir que o leitor compreenda que a concepção de um mito independe da comprovação documental, estando vinculado muito mais a um código de identificação simbólico do social, que propriamente histórico. José Murilo de Carvalho propõe uma reflexão acerca da noção de mito na história que merece ser considerada nesta análise:

> O domínio do mito é o imaginário, que se manifesta na tradição escrita e oral, na produção artística, nos rituais. A formação do mito pode dar-se contra a evidência documental; o imaginário pode interpretar evidências segundo mecanismos simbólicos que lhes são próprios e que não se enquadram necessariamente na retórica da narrativa histórica.[6]

---

[4] MUNANGA, Kabengele & GOMES, Nilma Lino. *Para entender o negro no Brasil de hoje: História, Realidades, Problemas e Caminhos*. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004. – (Coleção Viver, Aprender), p. 95.

[5] MUNANGA & GOMES, 2004, p. 213.

[6] CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 58.

O enigma que envolve a personagem Luiza Mahin já foi objeto de estudo de intelectuais das Letras, da História e até mesmo do Direito, como é o caso de Mariele Araújo, que resgata em seu trabalho sinais da presença de Luiza Mahin na memória coletiva dos movimentos negros por meio da apresentação de letras de músicas, depoimentos de pessoas influentes naquele ambiente e realização de eventos em homenagem à sua existência[7]. Posteriormente, na dissertação *A medida das raças na mistura imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*, Mariele Araújo faz uma análise da ideologia que norteia a escrita de Pedro Calmon e destina parte da pesquisa à obra *Malês*, citada anteriormente.[8]

Silvio Roberto dos Santos Oliveira, na tese intitulada *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*[9], apresenta uma abordagem acerca da representação de Luiza Mahin a partir da análise de uma carta redigida por seu suposto filho, o poeta Luiz Gama, ao amigo Lúcio de Mendonça. A carta escrita por Luiz Gama é o primeiro e único registro com valor documental em que o nome Luiza Mahin aparece. Assim, as menções posteriores foram, certamente, fundamentadas na escrita do poeta, que depois de seguidas décadas sem ver a mãe, a descreve com o olhar de um filho saudoso, buscando na memória da infância as lembranças da sua origem. Diz Gama na referida carta:

> Sou filho natural de uma negra, africana livre, da Costa da Mina (Nagô de Nação) de nome Luiza Mahin, pagã, que sempre recusou o batismo e a doutrina cristã.
>
> Minha mãe era baixa de estatura, magra, bonita, a cor era de um preto retinto e sem lustro, tinha os dentes alvíssimos como a neve, era muito altiva, geniosa, insofrida e vingativa.
>
> Dava-se ao comércio – era quitandeira, muito laboriosa, e mais de uma vez, na Bahia, **foi presa como suspeita de envolver-se em planos de insurreições de escravos, que não tiveram efeito**.
>
> Era dotada de atividade. Em 1837, depois da Revolução do dr. Sabino, na Bahia, veio ela ao Rio de Janeiro, e nunca mais voltou. Procurei-a em 1847, e 1856, em 1861, na Corte, sem que a pudesse encontrar. Em 1862, soube, por uns pretos minas, que conheciam-na e que deram-me sinais certos que ela, acompanhada com malungos desordeiros, em uma "casa de dar fortuna", em 1838, fora posta em prisão; e que tanto ela quanto seus companheiros desapareceram. Era opinião dos meus informantes que estes "amotinados" fossem mandados para fora pelo governo, que, nesse tempo, tratava rigorosamente os africanos livres, tidos como provocadores.

---

[7] Mariele Araújo cita a definição de Luiza Mahin presente no *Dicionário Mulheres do Brasil* e letras de músicas dos grupos Cidade Negra e Simples, além do depoimento da então presidente da União de Negros pela Igualdade (no ano 2000), Olívia Santana, e da iniciativa do grupo Coletivo de Mulheres Negras, de São Paulo, que em 1985, inaugurou uma praça na capital paulista com o nome Luiza Mahin, em homenagem pelo dia internacional da mulher. Ver: ARAÚJO, Mariele S. *Luiza Mahim – Uma "princeza" negra na Bahia dos anos 30: Discursos de cultura e raça no romance histórico de Pedro Calmon, Malês – A insurreição das Senzalas (1933)*. Monografia (Especialização em História Social e Educação) – Universidade Católica do Salvador, 2003.

[8] ARAÚJO, Mariele S. *A Medida das Raças na Mistura Imperfeita: discursos racialistas em Pedro Calmon – 1922/33*. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006.

[9] OLIVEIRA, Sílvio Roberto dos Santos. *Gamacopéia: ficções sobre o poeta Luiz Gama*.- (Tese – Doutorado em Estudos de Linguagens) Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Nada mais pude alcançar a respeito dela. [10]

A descrição realizada por Luiz Gama no trecho acima é o elemento gerador das interpretações diversas acerca de Luiza Mahin e um fator merece ser destacado: Luiz Gama não afirma diretamente que sua mãe tenha participado de quaisquer dos movimentos revolucionários aos quais sua imagem é comumente vinculada – o Levante dos Malês (1835) e a Sabinada (1837) – e a única alusão que realiza é a da "suspeita" de envolvimento em "insurreições de escravos, que não tiveram efeito". João José Reis, Elciene Azevedo e Sílvio Roberto Oliveira atentaram a este detalhe, todavia, a constância do discurso de atuação de Luiza Mahin no Levante dos Malês e na Sabinada confunde até mesmo historiadores, quiçá leitores que não mantêm relação direta com o universo acadêmico. Sobre as informações dadas por Gama na carta, vale ressaltar, como afirma Sílvio Roberto, que "não há documentos históricos que as comprovem nem que as desmintam". [11]

Trata-se de uma construção exemplar de mãe, feita por um poeta compromissado com o ideal político de liberdade e conhecedor das Letras; um homem que sabia "jogar" com as palavras e, em versos, rememorava um passado que o ligava à imagem da mãe a quem procurou insistentemente, até se ver frente a frente às evidências que apontavam para a deportação daquela que teria sido uma mulher destemida e insurgente. Ainda demonstrando o saudosismo materno, assim Gama a descreve no poema "Minha Mãe":

Era mui bela e formosa,
Era a mais linda pretinha,
Da adusta Líbia rainha,
E no Brasil pobre escrava!
Oh, que saudades que eu tenho
Dos seus mimosos carinhos,
Quando c'os tenros filhinhos
Ela sorrindo brincava.
Éramos dois — seus cuidados,
Sonhos de sua alma bela;
Ela a palmeira singela,
Na fulva areia nascida.
Nos roliços braços de ébano.
De amor o fruto apertava,
E à nossa boca juntava
Um beijo seu, que era a vida.
(...)
Os olhos negros, altivos,
Dois astros eram luzentes;
Eram estrelas cadentes
Por corpo humano sustidas.

[10] Carta de Luiz Gama a Lúcio de Mendonça. In: MORAES, Marcos Antônio (org.). *Antologia da carta no Brasil: me escreva tão logo possa*. São Paulo: Moderna, 2005, p. 67-75.
[11] OLIVEIRA, 2004, p. 34.

Foram espelhos brilhantes
Da nossa vida primeira,
Foram a luz derradeira
Das nossas crenças perdidas.
(...)
Tinha o coração de santa,
Era seu peito de Arcanjo,
Mais pura n'alma que um Anjo,
Aos pés de seu Criador.
Se junto à cruz penitente,
A Deus orava contrita,
Tinha uma prece infinita
Como o dobrar do sineiro,
As lágrimas que brotavam,
Eram pérolas sentidas,
Dos lindos olhos vertidas
Na terra do cativeiro.

Sud Mennucci, em *O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama),* ao escrever a biografia do poeta, destaca inicialmente a carência de informações acerca do negro, denunciando a inexatidão dos fatos narrados. Analisando a carta de Gama e o poema acima transcrito, Mennucci o classifica como "literário e patético" e considera um equívoco a concepção de Luiza Mahin como uma princesa, concepção esta decorrente da descrição do filho apresentada no terceiro verso do poema. "Parece-me que foi um recurso poético, apenas, para mostrar a diferença fundamental entre a antiga posição de livre e a de agora, reduzida a cativeiro", afirma. A presença de contradições entre a carta e o poema permite compreender este simbolismo presente nas palavras de Gama, que inicialmente apresenta a mãe como uma pagã que recusava a doutrina cristã a todo custo e em seguida, descreve-a penitente orando a um deus que inicialmente recusava. Para Mennucci, a participação de Luiza Mahin na Sabinada é incontestável, apesar de, segundo ele, tratar-se de uma causa que não lhe dizia respeito e à qual ela se inseriu em apoio ao amante, demonstrando seu caráter insubmisso de negra amotinada.[12]

Elciene Azevedo destaca a intenção do poeta de rememorar momentos ao lado da figura materna ao mencionar o poema "La Vai Verso!", no qual Gama afirma: "Quero que o mundo me encarando veja/ um retumbante *Orfeu de Carapinha"*. Nas palavras da autora, ao assemelhar-se a Orfeu que, na mitologia grega, busca em seu passado algo que foi perdido, Gama buscava a si próprio no passado e a recomposição da imagem de uma mãe lutadora e guerreira pode ser fruto desta busca de identidade.[13]

---

[12] Ver Sud Mennucci, O Precursor do Abolicionismo no Brasil (Luiz Gama). In: http://www.pco.org.br/conoticias/especiais/livro_semana/24_9_precursor_1.html. Versão foi consultada em 10 de março de 2009.

[13] AZEVEDO, Elciene. Orfeu de Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo. Campinas, Ed. Da Unicamp, 1999. p. 59.

Se por um lado o ideário popular constrói uma imagem legendária de Luiza Mahin, fundamentando-se basicamente na carta e no poema aqui transcritos, a historiografia a trata com a cautela inerente aos olhos de Clio. Este olhar precavido da História pode sugerir a alguns, o "cativeiro" do historiador em busca da verdade dos fatos e suscita um questionamento: o conhecimento histórico pode revelar a verdade? À luz de estudiosos como Leopold von Ranke, Max Weber, Karl Marx, Paul Ricoeur, Marrou, Michel Foucault, Michel De Certeau, George Duby e Koselleck, José Carlos Reis atenta para a variedade de concepções que norteiam as discussões sobre a verdade em História, as quais perpassam pela dialética seguinte: se por um lado, a verdade é um conceito mutável, uma vez que é "dominada pela novidade do presente" e consiste num conhecimento embasado na interpretação de vestígios e testemunhos passados, por outro, a objetividade plena, que poderia garantir a veracidade incontestável da História inexiste.

Para resolver esta querela é preciso compreender que todo conhecimento histórico implica numa tomada de posição, desse modo trata-se de um discurso que deve ser relativizado, contudo, pretende-se verdadeiro. Em outras palavras, compreende-se que é através do exame de um tema que sua verdade se manifesta. Exame este que deve ser minucioso, a ponto de reunir as variadas interpretações sobre o objeto estudado.[14] Um percurso por textos e obras historiográficas que fazem referência ao levante dos malês de 1835 e/ou à Sabinada de 1837 é fundamental para delinear o perfil historiográfico de Luiza Mahin, uma vez que trata-se de uma personagem frequentemente relacionada a esses episódios, embora pareça invisível aos olhos de Clio.

À procura da reunião das chamadas "interpretações do passado" acerca do Levante dos Malês de 1835, considerado o maior de todos os movimentos de contestação da mão-de-obra escrava africana ocorrido no país, João José Reis realizou uma pesquisa minuciosa em arquivos e demais vestígios sobre o movimento, reunindo-os na obra *Rebelião Escrava no Brasil – A história do levante dos Malês de 1835*. Nesta obra, após traçar o perfil da sociedade baiana da época, na qual o favorecimento econômico e social dos brancos era visível e noventa por cento da população livre vivia no limiar da pobreza, de modo que o ato de escravizar denotava um valoroso símbolo de

[14] REIS, José Carlos. *História & Teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.147-177.

status, chegando a ser um atestado de mendicância a não obtenção de um cativo, Reis destaca que este não foi um fenômeno isolado e tampouco unicamente religioso.

João José Reis afirma que com o objetivo de libertar o líder muçulmano Pacífico Licutan – confiscado devido a uma dívida do seu dono com a Igreja – e extinguir a escravidão africana, a idéia da rebelião de 1835 possivelmente surgiu aos poucos, coincidindo com o momento em que o Islã se expandia na Bahia, reunindo africanos de várias origens em torno de um objetivo político comum: negar a escravidão. Impregnando-se de dignidade e construindo novas personalidades, numa união explícita entre rebelião e religião, a qual conduziu ao reconhecimento da liderança dos muçulmanos no levante, muitos deles soldados que já dispunham de uma tradição guerreira, fica evidente, a partir da leitura da obra, o projeto político do movimento. Conforme salienta o autor, tratou-se de um "enfrentamento quase clássico" de lutar somente contra as forças organizadas para combatê-los.

Talvez as particularidades do processo de articulação do movimento, como o caráter urbano da sua esquematização, desenvolvida nas ruas da cidade – nos chamados cantos –, em meio às vendas realizadas por negros ganhadores e negras ganhadeiras, tenha permitido a concepção de Luiza Mahin como parte integrante da revolta e, mais que isso, como uma mulher com poderes decisivos e determinantes dentre os articuladores, concepção esta claramente recusada por João Reis. No nono capítulo do livro, intitulado *Perfis malês: a liderança de 1835*, no qual trata das lideranças do movimento, Reis cita Ahuna, Pacífico Licutan, Manoel Calafate, Luis Sanin, Elesbão do Carmo (Dandará) e afirma categoricamente que não há indício algum que vislumbre a existência de uma mulher com o nome Luiza em quaisquer listas de presos por envolvimento no levante e, embora saliente que é possível ter havido participação feminina na revolta, desconhece fontes que comprovem tal atuação. Em síntese, destaca: "O personagem Luiza Mahin, então, resulta de um misto de realidade possível, ficção abusiva e mito libertário".[15]

Em *A rebeldia negra e a abolição*, artigo do ano de 1968, publicado na Revista Afro-Ásia[16], José Honório Rodrigues já chamava atenção para o que pode ser considerado o principal entrave ao conhecimento de fontes que atestem a efetiva

[15] REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. Edição revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 301-304.
[16] RODRIGUES, José Honório. A rebeldia negra e a abolição. In: Revista Afro-Ásia. CEAO-UFBA. n. 6-7, 1968. p. 101-117. A versão consultada encontra-se no sítio eletrônico http://www.afroasia.ufba.br/edicao.php?codEd=76. Acesso em 08 de setembro de 2008.

participação popular em processos decisivos da história deste país: a chamada "cegueira da liderança"; a "miopia da historiografia oficial", que não percebeu que a História do Brasil não mede seus efetivos sucessos pela sua elite, mas pelas realizações populares. "O enredo de nossa história – afirma o autor – consiste numa liderança perplexa diante da realidade e num povo sofrido, por longo período silencioso e auditivo" [17].

O autor apresenta a rebeldia negra como um processo contínuo que representou um problema na vida institucional brasileira e não como algo esporádico, como o apresenta a historiografia oficial, uma vez que as fugas e a formação dos quilombos começam em 1559 e seguem até a abolição. O levante malê de 1835 é apontado como o ponto de partida para a intensificação da repressão às manifestações antiescravistas. Data deste período a Lei 10 de junho de 1835, que decretava a pena capital para os escravos que matassem, ferissem ou cometessem qualquer ofensa física contra seus senhores.

O rebelde escravo, segundo este autor, é fruto deste sistema de opressão e violência, e forma-se nesta luta e nas campanhas nacionais de que participaram negros escravos e libertos. Luís Gama é citado como um "herói da Abolição, filho de uma revolucionária de 1835" [18] e esta é a única referência a Luiza Mahin presente no texto.

Em *A Sabinada*, de Luiz Vianna Filho, editado pela primeira vez em 1938 [19], este autor, através de um texto extremamente factual, apresenta o ambiente no qual se desencadeou a revolta de 1837, estabelecendo conexões entre as rebeliões do período regencial e outras que a antecederam, como a sedição de 1798 e as lutas pela independência do país.

No capítulo inicial, ao tratar da revolta em si, aborda a instabilidade do período regencial e a má absorção das idéias importadas da França revolucionária e destaca que a revolução era considerada o remédio para todos os males da sociedade. Já neste capítulo o autor afirma que o estopim para a deflagração do conflito fora a fuga de Bento Gonçalves, revolucionário gaúcho que aparece como um grande incentivador da revolta baiana: "Em torno do seu pensamento republicano e separatista, congregaram-se

[17] Idem, p. 101.
[18] Idem, p. 107.
[19] A edição consultada foi uma edição comemorativa do centenário de nascimento do historiador, lançada em 2008 pela EDUFBA.

os revolucionários baianos, vindos de vários acampamentos ideológicos. Eram **'pessoas das primeiras classes sociais'** a se reunirem para a revolução." (grifo meu)[20]

Luiz Vianna Filho se preocupa em apontar as bases dos movimentos ocorridos entre 1821 e 1840 e afirma ser este um período em que "o Brasil [está] à procura do seu destino através das inconfidências e sedições" [21], denunciando o silenciamento em relação à sedição de 1798 por se tratar de um movimento feito de baixo pra cima e de forte referência racial e popular. O autor trata do contexto baiano no período regencial e faz uma breve referência ao levante dos malês em nota explicativa com o seguinte texto:

> Em 1835, deu-se o maior levante por motivos religiosos, conhecido sob o nome de Malês, em que lutaram 1500 negros. Sobre o assunto, ver Nina Rodrigues. Etienne Brasil. A revolução dos Malês, revista Instituto Histórico da Bahia. v. 33. p. 128; Edson Carneiro. Religiões negras. [22]

A personagem Luiza Mahin, popularmente relacionada aos movimentos baianos de 1835 e 1837 não é sequer mencionada por este autor. Conforme foi citado anteriormente, segundo Vianna Filho, os conspiradores eram pessoas "das primeiras classes sociais", o que por si, já extingue a participação de escravos e/ou ex-escravos na revolta ao menos na visão dele. Além disso, ao citar os conspiradores, há referência a apenas uma mulher, "a professora Cândida Mendes de Souza".[23]

Em *A revolta dos malês* [24], Etienne Ignace, inicia seu texto fazendo referência às fontes utilizadas em sua pesquisa acerca do movimento malê: jornais da época, testemunhos de pessoas qualificadas por ele como "fidedignas" e bibliografia especializada disponível no período da escrita. Ao contrário do que posteriormente seria defendido por João Reis, este autor apresenta a rebelião como um movimento de "um caráter sobremaneira religioso: era, em uma palavra, uma guerra santa" [25], que tinha como finalidade "aclamar uma rainha, depois do extermínio total de toda a gente branca" [26], entretanto, não dá nome à suposta rainha que seria aclamada.

O autor trata do levante como uma "carnificina" e considera que tudo estaria perdido caso a denúncia não tivesse sido realizada. "Pouco faltou para que a iniqüidade se consumasse e fosse a Bahia presa do saque, da carnificina e do fogo. Bastaria o

---

[20] FILHO, Luiz Vianna. A Sabinada: a república bahiana de 1837. Salvador: EDUFBA: Fundação Gregório de Matos, 2008. p. 16.
[21] Idem, p. 19.
[22] Idem, p. 55.
[23] Idem, p. 17.
[24] Texto publicado pela primeira vez na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, em 1907. A versão consultada foi localizada no site http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n10_11_p121.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2008.
[25] IGNACE, Etienne. p. 122.
[26] Idem, p.123.

descuido de algumas horas na denúncia da conspiração, e tudo estaria irremediavelmente perdido." [27] Mais uma vez contrariando o posicionamento de João Reis, que diz que os malês não mataram em vão, lutando apenas contra as forças que tentavam combatê-los, Etienne Ignace afirma: "Passa-se então uma cena horrorosa: sessenta a oitenta malês lançam-se na rua com horríveis vociferações, matando e ferindo todos os que encontravam na passagem".[28]

O percurso pela historiografia aqui traçado permite deduzir que o mito em torno de Luiza Mahin é uma referência que se fundamenta mais em tradição que comprovação histórica, todavia, o hiato historiográfico que acompanha a personagem aqui analisada não desvirtua a legenda construída em torno da mesma, a qual atende à necessidade popular de se ver representado historicamente. Segundo Nicolas Davies, o enfoque dado à participação popular na história, principalmente tratando-se de movimentos de resistência, oportuniza às camadas populares o sentimento de valorização enquanto sujeitos autônomos e, conseqüentemente, a sensação de valor social no presente, fortalecendo-os para lutas futuras.[29]

É válido ressaltar que a imagem de Luiza Mahin está intrinsecamente vinculada a um povo caracterizado pela resistência e desejo de libertação. Segundo João José Reis, o escravo africano promoveu um verdadeiro "malabarismo histórico", pois buscou artifícios diferenciados de resistência. Trata-se de um povo que "soube dançar, cantar, criar novas instituições e relações religiosas e seculares, enganar seu senhor e às vezes envenená-lo, defender sua família, sabotar a produção, fingir-se doente, fugir do engenho, lutar quando possível e acomodar-se quando conveniente" [30] e, principalmente, de um povo que soube promover várias revoltas, que nas palavras do historiador, representam a forma de resistência mais direta e inequívoca, uma vez que ao prepararem uma rebelião, os escravos não esperavam nenhum acordo com a classe senhorial e se levantavam em busca da vitória total.

Em última análise, percebe-se que a apreciação da personagem Luiza Mahin à luz dos pressupostos da Nova História Cultural e o confronto de suas representações é o ponto de partida para compreender os mecanismos que permitiram a sua idealização à

---

[27] Idem, p. 126.
[28] Idem, p. 127.
[29] DAVIES, Nicholas. As camadas populares nos livros didáticos de História do Brasil. In: PINSK, Jaime (org). *O Ensino de História e a Criação do Fato*. 11 ed. São Paulo: Contexto, 2004. (Coleção Repensando o Ensino)
[30] REIS, João José. "Poderemos brincar, folgar e cantar...": o protesto escravo na América. Revista Afro-Ásia. n. 14, 1983. p. 107-123. In: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p107.pdf. Acesso em 01 de setembro de 2008.

revelia da História. Em *História e História Cultural*, Sandra Pesavento destaca que "escrever a História, ou construir um discurso sobre o passado, é sempre um ir ao encontro das questões de uma época"[31]. Sendo assim, a variedade de perspectivas e olhares acerca de um mesmo objeto não só é possível, como é o esperado e, tratando-se de narrativas históricas, tal variedade viabiliza, inclusive, o confronto de representações construídas segundo configurações, valores e códigos de identificação dos diferentes grupos que compõem uma sociedade; grupos estes que se constituem na alteridade e (re)formulam suas concepções de mundo a partir do discurso do outro.

[31] PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História Cultural. 2 ed. 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.